MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVI
Edição: Academia das Ciências de Lisboa
Impressão: Gráfica 99
Data de impressão: 2024
ISSN: 0378-116X
Depósito legal: 61370/92
DOI: https://doi.org/00000

A presença africana no português brasileiro

Domício Proença Filho

O que lhes vou apresentar, cumpre esclarecer, sintetiza e atualiza considerações que apresentei em março de 2015, na sede da CPLP, nesta acolhedora cidade de Lisboa e que, posteriormente, integraram capítulo do livro *Muitas línguas, uma língua — a trajetória do português brasileiro*, publicado em 2017.

O propósito é contribuir para situar o estado da questão. Os especialistas, por certo, recordarão matéria de todos consabida, mas, por sua natureza, ainda aberta a refutações e ampliações, o que o justifica.

O tempo é curto, o assunto, vasto. Para tranquilidade geral procurarei ser breve. É o mínimo que posso fazer para assegurar machadianamente a vossa grata acolhida.

Começo por uma explicitação, por oportuna.

Entendo, com Antônio Houaiss e outros estudiosos, que designações como "português brasileiro", idioma brasileiro", não implicam defesa de alguma autonomia da língua oficial do Brasil.

Situo-me entre os que consideram que esta constitui efetivamente uma modalidade brasileira da língua portuguesa, considerada a diferenciação gradativa em relação ao português lusitano e ao português africano.

Importa dizer que as oposições funcionais que caracterizam a língua portuguesa como sistema são rigorosamente as mesmas em toda a lusofonia.

Como sistema, a unidade maior entendida em termos abstratos, como assinala Edith Pimentel Pinto, "diversifica-se, socialmente, em normas e afinal se concretiza, diversificando-se inumeravelmente nos atos de fala. Eis porque o português do Brasil, não se identifica com o de Portugal e o de África, embora seja, essencialmente, língua portuguesa[1]. Trata-se de uma norma paritária.

---

[1] Pinto, E. P., *A língua escrita do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo. Ática, 1992, p. 9.

Tal entendimento, a meu juízo, não significa que o distanciamento não possa ampliar-se. As línguas estão sujeitas à dinâmica do processo cultural em que se inserem.

Isto posto, passo ao assunto nuclear desta fala, as línguas de África e sua influência no português brasileiro.

A configuração da língua portuguesa do Brasil, sabemos todos, envolve bases portuguesas, componentes indígenas, componentes africanos e, em menor escala, componentes de outras origens. Trata-se, entretanto, de matéria que, nestes alvoreceres do século XXI, ainda envolve posicionamentos controversos. Certamente diante da complexidade de que se reveste. A reflexão sobre o assunto é, por consequência, pertinente. Sobretudo em tempos polêmicos de novo Acordo Ortográfico e de evidência da preocupação com a unidade idiomática dos povos lusófonos e de sua relevância, tema nuclear da CPLP. Preocupação, vale acrescentar, que propiciou um fato auspicioso: o histórico I Encontro das Academias de países lusófonos, realizado em maio último, na sede da Organização das Nações Unidas, por iniciativa das Representações Permanentes desses países e da citada CPLP, momento em que usufruí da grata companhia do Presidente Artur Anselmo e da Desembargadora e escritora Vera Duarte, Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras. Reflitamos, pois.

Quatro a cinco milhões de africanos aportam escravos ao Brasil, do século XVI ao Século XIX.

É gente de distintas origens e de idiomas diversos que chega em diferentes momentos. Da Guiné Bissau, da Guiné, da Costa da Mina, em maioria.Nos fins do século XVI, totalizam 30 mil, numa população de 100 mil habitantes. Do Congo e, sobretudo de Angola, chegam perto de 800 mil, a partir do século seguinte, e ainda em maior número no século XVIII. Nesta mesma centúria, originários também da Costa da Mina, vêm perto de um milhão e 300 mil.

São vozes escravas que trazem para a Colônia línguas distintas e várias: o quimbundo, o umbundo e o quicongo; línguas da gente ewe-fon, provenientes de Gana Togo e Benim; língua iorubá, da Nigéria e do Reino de Queto.

Trata-se de um contingente populacional que marca presença no campo, na cidade, na senzala, na casa grande e na resistência organizada dos quilombos.

Ao longo do tempo assinalado, a população de negros e afrodescendentes sempre foi maior do que o contingente de europeus, majoritariamente portugueses.

O quadro comparativo de números relacionados aos contingentes étnicos da população brasileira de 1583 a 1890, resultante da pesquisa de Alberto Mussa, dado a público em tese de 1991, explicita ainda mais os índices:

	1583-1600	**1601-1700**	**1701-1800**	**1801-1850**	**1851-1890**
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancosbrasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%[2]

Os dados possibilitam algumas conclusões.

Não são computados os índios não integrados.

Em relação ao período de 1583 a 1600, não há registro de afrodescendentes. Lembro que o tráfico de escravos africanos para o Brasil começa em 1538. O número de indígenas iguala, nesse período, a soma de africanos e europeus.

As etnias não brancas predominam efetivamente, em todo o tempo destacado: no século XVII (1601–1700) no século XVIII (1701–1800), na primeira metade do XIX (1801–1850) e, na segunda metade da centúria, com aumento gradativo do número de afrodescendentes.

A distância dos padrões de subsistência da Metrópole contribui para a emergência de novas práticas e costumes no âmbito da organização familiar e da alimentação, com habitação em moradias que abrigam com frequência, indivíduos de lugares diferentes, integrantes de uma sociedade marcada pela estratificação. Esta circunstância, entretanto, não impede a proximidade do convívio doméstico.

"A relação entre senhores e escravos ia além da relação de produção", observa, a propósito, a acuidade de Leila Mezan Algranti, que destaca alguns aspectos: "o convívio doméstico de crianças escravas e filhos dos senhores; o serviço de pajem a cargo de escravos; a presença de mucamas em quarto de senhores; escravos recadeiros ou que integram o séquito da família; escravos

[2] Mussa, A., *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil.* Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da UERJ, 1991, p. 163.

que servem à mesa, introduzem visitantes junto às senhoras, participam de trabalhos de costura"[3].

A presença escrava, portanto, ia além da cozinha e da lavoura nas fazendas. Estendia-se a distintos lugares em instâncias distintas. Muitas vezes com escravos copartícipes do trabalho de senhores, ou, em alguns casos, dividindo a esteira e o alimento com alguns deles mais pobres.

Negro usa língua de branco por força da condição escrava e da catequese e adapta suas crenças por meio do sincretismo.

Difícil, diante das circunstâncias assinaladas, não considerar a emergência da interação linguística.

A caracterização da influência das línguas africanas no português brasileiro, no entanto, divide os estudiosos de forma radical, ao longo do tempo. Ao fundo, ideologias e políticas do idioma.

Para Jacques Raimundo e Renato Mendonça, em seus textos pioneiros datados de 1933, deve-se à contribuição africana a totalidade dos traços que diferenciam o português do Brasil do português lusitano. Do primeiro é a tese apresentada para concurso à cátedra de Português do Colégio Pedro II, então padrão do ensino no Brasil, sob o título *O elemento africano na língua portuguesa*. Nele, o autor aponta fatores determinantes de traços fonéticos e sintáticos característicos da presença africana no português do Brasil e identifica 441 africanismos. Jacques Raimundo é autor também de *O negro brasileiro e outros estudos*, de 1936, em que apresenta outras observações sobre o tema.

O livro de Renato Mendonça intitula-se *A influência africana no português do Brasil.* Teve uma segunda edição aumentada em 1935 e várias outras em sequência, incluída a de 2012, comemorativa do centenário de seu nascimento, com introdução do historiador e africanólogo Alberto da Costa e Silva e prefácio da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro. Registra 375 palavras geograficamente localizadas e aspectos da fala popular, no seu entender reveladoras da citada influência.

A meu juízo, são estudos realizados em tempos de pesquisas empíricas, embrionárias, marcados pela percuciência dos autores. Mas um primeiro e importante passo na direção do tema.

---

[3] Algranti, L. M., Família e vida doméstica. In SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Vol. 1, São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

A adoção como paradigma por Yeda Pessoa de Castro da metodologia por eles utilizada, para a elaboração do seu importante *Falares africanos na Bahia* (2001 e 2015) dá a medida de sua significação no âmbito dos estudos na área.

Gladstone Chaves de Melo, em *A língua do Brasil,* de 1946, entende que a citada influência se processa com mais profundidade "na morfologia, na simplificação e na redução das flexões do plural e das formas verbais na fala popular". Admite também a existência de duas línguas gerais de base africana: uma fundada no iorubá, na Bahia, outra, no quimbundo, em outros lugares.

Serafim da Silva Neto nega, na sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil,* 2.ª ed, em 1963, a influência no português brasileiro de línguas africanas ou ameríndias. Para ele, "o que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios"[4].Observe-se que os juízos de valor depreendidos da adjetivação são reveladores de posicionamento ideológico.O filólogo, assume, na mesma obra, que não se inclui entre aqueles "que veem interferências linguísticas a todo preço e a todo risco, mas, em ambientes linguísticos e sociais como no caso do Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, é preciso não perder de vista essa possiblidade, ao menos para exame, como hipótese de trabalho".E mais: para ambos, as línguas de África teriam simplesmente obedecido às tendências de caráter histórico que mobilizam a dinâmica das línguas, a chamada *deriva*, que independe do contexto em que se insere. Admitem, no entanto, que, por força do uso que os falantes africanos faziam da língua portuguesa, tenham-se formado dialetos crioulos e semicrioulos.

Silva Neto entende como dialeto crioulo "uma língua europeia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior. Caracteriza-se por simplificação extrema que atinge sobretudo a conjugação". Decorre, segundo ele, da necessidade "de adultos de posição social inferior de aprender, rapidamente, a língua do senhor, e aprendê-la de outiva e não pelo regular ensino da escola"[5]. O semicrioulo é, para ele, "um estágio aperfeiçoado da primitiva aprendizagem". Envolve a incorporação de traços do idioma que altera.Ainda uma vez, os adjetivos avaliatórios deixam perceber a natureza do fundamento.

---

[4] Silva Neto, S. da, *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil.* 2.ª ed. Rio de Janeiro, INL1963, p. 107.
[5] Silva Neto, S. da, Op.cit. p. 107.

A conceituação atual, de todos consabida, o clarifica. Por crioulo entende-se, hodiernamente, um falar resultante da deturpação de uma língua ocidental por populações inicialmente aloglotas, no caso, como a língua oriunda da adaptação do português na fala dos mestiços, quer ameríndios, quer africanos. Semicrioulo implica uma gradação das modificações especificadoras. A tese da prevalência da deriva é também esposada no ensaio de 1972 de Mattoso Câmara Jr., "Línguas europeias de ultramar: o português brasileiro".O consagrado linguista admite a possibilidade de terem atuado, na configuração do português popular e dialetal brasileiro, substratos indígenas e de falares africanos, na estrutura fonológica gramatical. Para ele, de outro lado, se verificam "sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes da comunicação da vida colonial"[6].

Em *A unidade linguística do Brasil*, livro de 1979, na sequência das considerações de Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, outro renomado filólogo brasileiro, também abraça a tese da prevalência do português sobre as línguas indígenas e africanas por força da condição cultural superior dos colonizadores e das produções literárias dos lusitanos. E admite a possibilidade da existência, no espaço do uso popular da língua, não de um idioma crioulo, "entendida a expressão como designativa de uma língua mista e estabilizada, mas como um estágio preparatório que não chegou a vingar institucionalmente, ou seja, aquilo que o mesmo Serafim da Silva Neto chamou semicrioulo".

No seu entendimento, a língua dominante nas fazendas da Colônia era "a do reinol português e seus descendentes". O contato dessa língua com as línguas africanas, em geral, o quimbundo e o nagô, nas terras baianas, propiciou interferências. Estas, entretanto, não foram bastantes para a constituição de um idioma crioulo. "O que houve foi um aparecimento de um falar emergencial como diz Serafim da Silva Neto, por meio do qual brancos e negros procuravam entender-se". Ou seja, um pidgin.O fato é que os negros advindos da África adaptavam suas falas à dos colonizadores e preservaram, nos cultos religiosos e em atividades hedonísticas, marcas das línguas nativas.

É possível, por outro lado, que usassem, nos quilombos, línguas gerais

[6] CÂMARA JR., J. M., *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: INL, Ministério da Educação e Cultura, 1976.

baseadas em línguas trazidas de África. Esta possibilidade resiste à comprovação, diante da impossibilidade de registros documentadores, a não ser a precariedade de um ou outro depoimento oral transmitido de geração em geração.

Admite-se, a propósito, que, decorrentes do contato de idiomas africanos entre si e com a língua portuguesa, tenham emergido duas grandes línguas gerais: uma de base nagô, no Nordeste; outra, de base banto, o quimbundo, no sul do país[7].O linguista Aryon Dall'igna Rodrigues é de opinião que outra língua geral se tornou língua franca de integrantes de comunidades heterogêneas.Já Alberto da Costa e Silva conclui, a propósito, que a língua usada nos quilombos era efetivamente o português, com inserções de termos africanos, ou crioulos ou pidgins de base portuguesa.

Em lábios africanos, assinale-se, delineiam-se, gradativamente no Brasil colonial, algumas situações. Em tese, porque quase nada conhecemos da real configuração, na Colônia, dos idiomas vindos da África em tais instâncias utilizados.

O que sabemos é que há usuários de línguas várias e pertencentes a grupos étnicos distintos que adotam a língua geral da região em que se situam. São, no sentido da época, denominados boçais.Outros, que detêm o domínio do português, aprendido por força do tráfico de escravos, abandonam a língua de origem e adotam a portuguesa e uma língua geral. São os chamados ladinos.

É especialmente relevante sua atuação no processo. Ao utilizar, ainda que precariamente, o português, ampliavam o espaço da comunicação e de influência.

Outros mais, nascidos no Brasil, se valem, basicamente, de português e língua geral de base indígena.E mais: são vários e distintos os dialetos africanos na comunicação dos escravos, com assinala Yeda Pessoa de Castro:dialeto das senzalas, em geral de base banto, utilizado por escravos de vária origem étnica;dialeto rural, de emprego no contato direto e mais prolongado, nas plantações e nos engenhos, seja entre escravos, seja entre escravos e senhores, uma expansão do dialeto das senzalas;dialeto das minas, de base jeje, emerso do contato direto com a fala europeia;

dialetos urbanos, de base nagô, usados em Salvador e no Estado de Pernambuco.

A matéria passa a ser objeto de novos estudos a partir dos anos de 1980. É quando a defesa da influência africana ganha relevo.Destacam-se, nessa direção,

[7] Cf. VOGT, C. & FRY, P., *Cafundó – A África no Brasil: linguagem e sociedade.* Com a col. de Roberto W. Slenes. 2.ª ed. Campinas –SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 206.

as contribuições estrangeiras de Gregory Guy e John Holm[8]. Ambos apontam para uma presença africana no português do Brasil por força do longo tempo de convivência dos idiomas. Na base das conclusões, pesquisas de campo na realidade urbana e rural contemporâneas. Holm, fundado em "dados linguísticos e rurais de várias regiões" chega a defender "uma configuração semicrioula do português vernáculo do Brasil".

Pioneiras, em termos de investigações do gênero, são as observações de Carlota Ferreira sobre a fala da comunidade afro-brasileira de descendentes de escravos por ela descoberta na Bahia, nas cercanias de Helvétia, fala que identifica como remanescência de um dialeto crioulo de base africana. Refiro-me ao ensaio "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro – Helvétia-Bahia), publicado no livro organizado por ela e outros, intitulado *Diversidade do português do Brasil. Estudos de dialetologia rural e outros*. Segunda edição em 1994.

Ainda nos anos de 1990, no caminho dos estudos de Guy e Holm e na descoberta de Carlota Ferreira, Alan Baxter, da Universidade Australiana de la Trobe, desenvolveu pesquisa junto à comunidade por ela estudada e apontou, em 1992, para um processo de crioulização e atual descrioulização em curso nessa e em outras comunidades mais similares em que o contingente negro é dominante.

Na continuidade da pesquisa, passou a projeto sobre "Vestígios de dialetos crioulos de base lexical portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas", por ele coordenado, atuante em São Paulo e na Bahia, com a participação de professores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de São Paulo e da Universidade Federal da Bahia. Para os dois estudiosos, a marca da influência africana é a instabilidade. Existem, a propósito, comunidades negras e abertas a pesquisas do gênero em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Bahia, São Paulo. Algumas já constituem objeto de estudo. É o caso da comunidade do Vale do Ribeira, tratado em tese de Mary F. Careno, e do Cafundó, estudada por Carlos Vogt, Peter Fry e Maurice Gnerre. Cito, a título de exemplo, um trecho de um diálogo de um pesquisador com dois

[8] V. GUY, G., *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: aspects of Fonology, Syntax and Language History*. Phd Dissertation. University of Pensilvania, Ann Harbor, University microfilms, 1981 entre outros. HOLM, J., *Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In:* GILBERT, G. (ed.*) Pidgin and Creole Languages.* Honolulu, University of Hawai Press, 1987, pp. 406-429 e *Pidgin and Creoles.* Cambridge University Press, 1988.

moradores do Cafundó: Octávio Caetano, líder da comunidade e mestre da "língua africana" e dona Cida, sua sobrinha:

Pesquisador: Oh! Octávio! O artista.

Cida: veio de carro?

P: Veio de ônibus?

[…]

C: ele veio aqui, né?O: Isto!

C: Aquela moça lá, a Maria, tem outra mocinha também que eu não sei como é o nome dela. São duas mocinhas. Elas são boazinhas, né, compadre Octávio.

O. Uma meio moreninha.

C: Muito boazinha ela, né? Outro dia eu fui pedir uma… lá e aquele filho do Lazão eu trabalho lá, ele olha a gente e tem nojo.

O: É, mas é isso aí?

C: Quando era pequeno eu carreguei ele. Lavava roupa pra… nós morava no Caxambu, né?… pequeno, assim mais pequeno dessa menina minha, esse mais… andava a cavalo com a Marina, a Marina vinha em casa, deixava a criança pra mãe olhar, né?

P: Marina é a mulher de Lázaro?

C: é, mulher de Lazão.

P: é *cafombe*, ela?

O: É *cafombe. Avero, Avero, Avero*.C: *Nhapeca*.O: É *nhapeca, nhapecava. Avero e nhapecava*.

P: *Nhapecava.*

C: *Nhapeca, nâni, nhapeca é naninha.*

O: O isso é!

P: Que quer dizer isso?

O: Quer dizer que mais pra cá do que pra lá, mais pra cá.

P: Fala de novo, Octávio.

O: Mais pra cá do que pra lá.

P: Como é que é na língua?

O: Hein! *Avero*, *avero*, *vavu* e *vimba*, *vimba nâni*.P: Ah! *avero*.Que quer dizer *avero*? Branco?

C: *Avero* é o leite.

P: Leite.

O: O leite é branco, é.

P: quer dizer que tá usando leite.

O: é assim, ele é…C: quer dizer que a pessoa que é.

O: Isso, moreno.

C: Moreno assim, não é branco.

O: É misturado.

C: E não é bem preto, daí o *avero* com a *nhapeca*, quer dizer, é o café com leite.

O: É.

P: Ah! Como que é café?

O: *Nhapecava*, né?

P: *Nhapecava*? Então *avero*…O: Isso… que tá assim, é *avero*…o senhor foi até o fim da letra.C: *Nhapecava.*

O: E daí que já compreendi o senhor… toda a letra.

C: a Lucimara é o *avero nhapeca*, andando mais *nhapeca* do que *avero*.

O: Mais… acaba de falar.

P: É. Assim tá mais pro *avero* do que pro *nhapeca.*

C: Nhapeca.

O: É isso, é isso aí.[9]

Acrescente-se a língua dos negros de Tabatinga, estudada por Sonia Maria de Melo Queiroz:— Pois é, ai os camonin chega no monjolo do cuéte, né? — É ocora, eu quero mavera, eu quero mavera, eu quero mavera… Comé que eu vô tipurá? A igura catita.

— Curimba, uai.

— Ah, curimba! Eu tô curimbano, já avura né? Num dá. Curimbá mais do que eu curimbo num tem jeito, né, Parecida?—É, para de caxá matuaba, uai.

— Uai, só se eu fizé os camonim pitá conjema, só se eu fizé os camonim pitá conjema, só se eu fizé pitá conjema, aí dá pra mim curimbá mais, ocaia.

"Tradução" da autora:— Pois é, aí os menino chega em casa, né? — É, pai, eu quero leite, eu quero leite, eu quero leite… Comé que eu vô arrumá? O dinheiro poco.— Trabalha, uai.

— Ah, trabalha!… Eu tô trabalhano até demais, né. Num dá. Trabalhá mais do que trabalho num tem jeito, né, Parecida?

— É… Para de beber pinga, uai.

---

[9] In: VOGT, C. & FRY, P., Col. De Robert W. Slienes. Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2013, pp. 177-79.

— Uai, só se eu fizé os menino morrê, se eu fizé os menino morrê, aí dá pra mim comê mais, mulhé.[10]

Posiciono-me entre os que entendem que as línguas da gente de África, de frequência no convívio comunitário brasileiro em tempos de escravidão e ainda na prática de afrodescendentes, deixaram, com maior ou menor incidência, marcas na língua portuguesa comum.Tais marcas presentificam — se em vários espaços:no vocabulário, com destaque para palavras de cunho religioso e hedonístico, de origem nagô, presente nos cânticos, refrões, bordões e orações litúrgicas e rituais;em vocábulos que integram línguas secretas;em estruturas gramaticais do português brasileiro popular;em aspectos do sistema fônico;em peculiaridades de falas de determinadas comunidades afro-brasileiras de vida rural isolada. Africanismos são ainda aproveitados em textos literários. Yeda Pessoa de Castro no livro citado, fundamentado em ampla e rigorosa pesquisa, aponta alguns fatos consideráveis. Vamos a eles.

A população brasileira é integrada pelo maior contingente de indivíduos de descendência negra concentrado fora do continente africano.

Não se configurou no país um crioulo brasileiro como segunda língua ou como língua nacional, semelhante às que emergiram em outras ex-colônias americanas. É a mesma posição, como vimos, de outros especialistas.Permito-me, a propósito, algumas considerações.

A língua portuguesa integra, na Colônia, uma realidade linguística heterogênea. O texto de Fernão Cardim, no seu *Tratado da terra e da gente do Brasil*, datado de 1625, o testemunha:

Os dias de pregação e festas de ordinário havia muitas confissões e comunhões, e por todas chegaria a duzentas, afora as que fazia um padre, em língua de escravos da Guiné, e de índios da terra, pregando-lhes e ensinando-lhes a doutrina, casando-os, baptisando-os, e em tudo se colheu copioso fructo, com grande edificação de todos (…) ao dia seguinte se festejou dentro de casa, como cá é de costume, o martyrio do Padre Ignacio d'Azevedo, e seus companheiros, com uma oração em verso no refeitorio e outra em língua d'angola, que fez um irmão de 14 annos com tanta graça que a todos nos alegrou, e tornando-a em portuguez com tanta devoção que não havia quem se tivesse com lágrimas (…)

[10] In Queiroz, S. M. M., *Pé preto no barro branco: a língua os negros de Tabatinga*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p. 95.

Logo à quarta-feira fizeram os irmãos estudantes um recebimento ao padre visitador dentro em casa, no tempo do repouso. Recitou-se uma oração em prosa, outra em verso, outra em portuguez, outra na língua brasílica, com muitos epigramas(…) O mestre fez uma oração em latim.[11] Em tal condição, o português divide espaços maiores de utilização com a língua geral, notadamente a de base tupi, gramatizada pelo padre José de Anchieta, e, em determinados espaços comunitários, sobrepujada por esta última. Culmina por manter-se como sistema, fiel, nessa circunstância, às tendências que a caracterizam.A dinâmica do processo pode ser depreendida de um trecho do sermão do Padre Antonio Vieira, "Exhortaçam I — em véspera do Espirito Santo, datado de 1657": Quam praticada fosse a do Brasil nessa Provincia, bem o testifica a primeira Arte, ou Gramatica dela. de que foi Author , & inventor o grande Anchieta, & com razão se pode estimar por h~uu dos seus milagres (…) Sobre tudo o testifica o mesmo uso, de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua Portugueza não era mais geral entre nós do que a Brasilica, Isto he o que alcancei, mas não he isto o que vejo hoje, não sei se com mayor sentimento ou mayor admiração. (…)

E que direi eu ao Collegio da Bahia, ou o que dirá elle a mim, quando nesta grande Comunidade he já taõ pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que saõ mui contados aquelles em que se acha?

Diremos pois que se tem engrossado as antigas finezas, ou se tem apagado, & quando menos esfriado este fogo das línguas de nossa Provincia, por se ver menos cultivada hoje e nella a língua geral do Brasil? Não digo, nem se póde dizer tal cousa; pois he certo que à diminuição de h~ua língua tem sucedido cinco. A Portugueza, com que por tantos meyos se insiste na reformação dos Portuguezes; a Ethiopica, cõ que só nesta Cidade se doutrinão, & catequizão vinte & cinco mil negros, não falando do infinito numero dos de fóra; as duas de Tapuyas, com que no mais interior dos Certoens ainda remotissimos, se tem levantado as seis novas Cristandades dos Papayás, & Chiriris nem final~ete a própria Brasilica, & geral, com que nas doze residências mais vizinhas ao mar, em quatrocentas legoas de costa, doutrina a Companhia & conserva as reliquias dos Indios deste nome, que já estariaõ acabados, se ella os nam conservara.[12]

---

[11] Cardim, F., *Tratado da terra e da gente do Brasil.* 1625.

[12] Vieira, A., Exhortaçam I em vespera do Espirito Santo. In *Sermoens.*VI parte. Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, impressor de Sua Magestade, Lisboa, 1690, pp. 520-522.

Na sua situação, entretanto, de língua do poder exercido pelo colonizador, é, ao longo dos três primeiros séculos de domínio luso, oficialmente imposta a uma população majoritária de indígenas e de africanos.

Na intensificação do processo, acrescento, assoma a política do idioma adotada pela administração pombalina, explicitada no Diretório datado de 3 de maio de 1757, no Maranhão e no Pará, e, em 1758, com sua conversão em Alvará Régio, estendido a todo o espaço da Colônia: para desterrar o perniciosíssimo abuso, que era "o uso da Lingua, que chamarão geral: invenção verdadeiramente abominável e diabolica, para que privados os Indios de todos aquelles meios , que os podião civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservarão", sua Majestade determina que "será um dos principaes cuidados dos Directores estabelecer nas suas respectivas, Povoações o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles índios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua própria das suas Nações ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na fórma que Sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão, com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado"[13].

A partir do século XIX, a independência mobiliza a preocupação comunitária com uma identidade cultural própria. Caracteriza-se a busca de configuração da nacionalidade brasileira.

Esses fatores mobilizam, nessa configuração, a oposição à memória colonizadora e, consequentemente, a construção, no discurso escrito, da história e da memória na nação emergente, o império do Brasil.Esse discurso concretiza-se num português sedimentado nos fins do século XVIII, de tal forma matizado e diferenciado do português europeu, que se evidencia, desde os primeiros tempos do país independente, a preocupação dos estudiosos com a especificidade do português brasileiro, preocupação que ganha vulto a partir da segunda metade do século XIX.

Concordo com Yeda Castro, quando assinala que é admissível a tendência de falantes de qualquer língua, por mais resistentes, a mudar hábitos articulatórios da sua língua materna e acomodá-los ao sistema fonológico da língua adquirida.

[13] Parágrafo 6.º do Diretório de 3 de maio de 1757, convertido em lei, em 17 de agosto de 1728. Coleção da Legislação Portuguesa, ano de 1757, pp. 508-09.

Isso deve ter ocorrido no Brasil com o falante africano em relação ao português. Não nos esqueça de que 99% dos quatro milhões de escravos e descendentes de escravos eram analfabetos. O dado é ainda mais relevante diante dos índices populacionais apontados.

A especialista formula, a propósito, uma hipótese clarificadora, compatível com as circunstâncias extralinguísticas apontadas.

Centraliza a questão nas diferenças fonológicas entre o português brasileiro e o português lusitano.

Considera que as marcas desse afastamento resultam, *a priori*, "de um compromisso entre duas forças dominantes opostas e complementares: de um lado, uma imantação dos sistemas fônicos africanos em direção ao sistema do português e, em sentido inverso, um movimento do português em direção aos sistemas fônicos africanos, sobre uma matriz indígena preexistente mais localizada no Brasil"[14]

Por consequência, o português lusitano, arcaico e regional, foi ele próprio, por força da longa convivência com as falas de África, de certo modo e relativamente objeto de um processo de africanização.

A estudiosa entende, com pertinência, que "a complacência ou resistência face a essas influências mútuas é uma questão de ordem sociocultural e os graus de mestiçagem linguística correspondem, mas não de maneira absoluta, aos graus de mestiçagem biológica que se processam no país"[15]

Mobiliza a nossa reflexão, com algumas conclusões relevantes, na contracorrente da tradição dos estudos da matéria:

a) a influência africana no português do Brasil vai além dos espaços lexicais: integra mais profundamente o processo de configuração do perfil da língua e das diferenças em relação ao português de Portugal;

b) o destaque da relevância e da constância, em todas as regiões do Brasil onde se exigiu mão de obra escrava, da presença do povo banto, que — dado relevante — antecede em dois séculos a presença maciça dos ewes e em três centúrias à dos iorubás;

---

[14] Castro, Y. P., *Falares africanos da Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro.* Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2001., p. 77.

[15] Castro, Y. P., Op. cit. p. 129.

c) as contribuições bantos são menos aparentes por força de sua maior integração no processo de síntese pluricultural brasileiro. O negro banto, entretanto, mais do que outros, é o principal agente modelador da língua portuguesa em sua feição brasileira e seu difusor pelo território brasileiro sob regime colonial e escravista[16].

Essas constatações decorrentes de sua pesquisa conduzem a uma mudança de rumos nos estudos da matéria, em especial concernentes a dois aspectos de importância:

Primeiro aspecto: o privilégio de uma ótica iorubá na configuração da presença africana decorre de uma perspectiva metodológica etnocêntrica, nuclearizada em pesquisas que adotam como *corpus* terreiros de relevo na capital baiana, nos quais elementos da língua iorubá e da religião dos orixás possibilita observação empírica.

Reitero, a propósito, que os negros escravos chegados ao Brasil, sobretudo antes da proibição do tráfico, pertenciam a comunidades distintas que falavam línguas distintas. Era a estratégia adotada pelos mercadores, para evitar agregações consideradas perigosas. Acrescente-se a diversificada mobilidade com que se deslocavam no território ao tempo da escravidão.

Gente ewe-fon, por exemplo, teve presença forte, no século XVIII, nas minas de ouro e diamantes de Minas Gerais. Goiás e Bahia. Há registro, inclusive, de um falar de base ewe-fon usado em Vila-Rica, de 1731 a 1741. A língua nagô presentifica-se na Bahia na mesma centúria, quando ali aportam escravos da região que corresponde à atual Nigéria. Há registro também de língua hauçá, tapa, fulani e grunce em Salvador, na boca de povos islamizados, base da organização de revoltas.

As línguas banto, registram Carlos Vogt e Peter Fry, teriam tido, no conjunto das línguas africanas, no período formativo da comunidade escrava, uma presença predominante na maioria "das regiões rurais do Rio de Janeiro e de São Paulo e boa parte da Zona da Mata e do oeste mineiro, onde o povoamento dos africanos se dá depois de 1750"[17]

---

[16] *Ibidem*.

[17] VOGT, C. & Fry, P., Op. cit. p.208.

Todas essas línguas acompanham certamente os fluxos de migração interna e os contingentes africanos e afrodescendentes que integram a população brasileira àquele tempo.

É intensa, por conseguinte, a interação linguística que marca a comunicação, ao longo do tempo destacado.

Nessas circunstâncias, o africano, na sua condição escrava, adotou o português como segunda língua. O português e, paralelamente, acrescento, a língua geral de base tupi, de uso corrente no cotidiano dos tempos coloniais. Impunha-se a língua do colonizador.

Segundo aspecto: o grau de resistência à mudança e à integração que marcou os povos de África trazidos escravos para o Brasil não se deve à superioridade de uma cultura sobre outras, "mas a fatores históricos, sociais e econômicos mais ou menos favoráveis". Compare-se com a posição assinalada de Silva Neto. Lembrem-nos a condição escrava, a estratificação social, a relevante ação da escola, a coerção social.

O livro de Yeda Pessoa de Castro registra mais de 2.500 vocábulos de origem africana incorporados ao português do Brasil. Cito alguns exemplos: abadá, abará, acarajé, angu, babá, bagunça, batucar, batuque, berimbau, bobó, budum, bunda, cachaça, cafuné, cachimbo, caçula, camarinha, camundongo, candango, candomblé, cangaceiro, capoeira, cuíca, dendê, dengo, desbunde, encabulado, fuxicar, gangorra, inxerir, jegue, jiló, lambada, liamba, macumba, maracutaia, moringa, muxoxo, nego, orixá, pé de moleque, quiabo, quilombo, quitanda, samba, umbanda, zangar, zanzar, zonzo.Observe-se que se situam basicamente nos espaços da culinária, da religião, da música, das vestimentas, do cotidiano doméstico.

Numeroso também é o registro de termos africanos originários do banto, levado a termo por Nei Lopes, no seu *Dicionário banto do Brasil,* um repertório etimológico de vocábulos brasileiros originários do centro, do sul, do leste e sudoeste africanos.

No âmbito da produção literária, tornou-se frequente o aproveitamento de vocábulos e elementos culturais de origem africana na produção poética, na prosa de ficção, no teatro.Nesse espaço, configuram-se duas vertentes na literatura brasileira: o negro como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada[18].A produção de obras literárias assumidas pelo

[18] Ver, a propósito, Proença Filho, D., A trajetória do negro na literatura brasileira. In: *Estudos Avançados.* Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v.18, n.º50 jan./abr 2004, pp.161-193.

negro como sujeito privilegia os propósitos de afirmação étnica e de identidade cultural.O autor do presente pronunciamento, permitida a autorreferência, utilizou cerca de duzentos termos de origem africana no livro de poemas *Dionísio esfacelado — Quilombo dos Palmares*, de sua autoria. Entre eles, palavras religiosas rituais.Ressalve-se, no espaço dos registros: a fala africana é mediada pelo discurso dos escritores, é atribuída aos falantes por eles. Esse é um aspecto que não os invalida totalmente, mas os relativiza, em termos de objetividade.

Em que pesem as pesquisas apontadas, seja na direção dos grupos comunitários remanescentes estudados, seja na direção dos falares africanos, a real caraterização da presença africana no português ainda está longe de ser plena e consensualmente caracterizada. Espera a ampliação da pesquisa.

Prova disso, é a orientação do prestigiadíssimo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* a propósito dos africanismos. Eles são entendidos como "empréstimos de línguas e dialetos africanos integrados no sistema de nossa língua e também vocábulos e expressões dessas línguas e dialetos *in natura* em livros de literatura africana escritos em português"[19], como explicita Mauro Villar, coautor da obra, em entrevista concedida em 2002 ao filólogo Manoel Ribeiro.

Villar esclarece que, numa perspectiva ampla, que abrange o universo da lusofonia,

> *O Dicionário Houaiss conta com um levantamento próprio, realizado no Brasil, a partir de glossários apensos a obras literárias e sobre a África lusofônica. Foram também utilizados alguns dicionários específicos publicados no Brasil e em outros países, como é o caso do Dictionnaire bilingue portugais-français des particularités de la langue portugaise in Guiné-Bissau, do prof. Jean-Michel Massa*[20].

Observe-se que o levantamento em referência privilegia, no caso brasileiro, fontes de caráter literário.

É provável que, como assinala Antonio Houaiss, no processo de sobreposição de predomínio da língua portuguesa à língua geral de base tupi a estrutura dessa

---

[19] Villar, M., Entrevista. In: *Revista Brasileira de Filologia.* Ano I, n. 1. Nova fase. Rio de Janeiro, 1.º sem. de 2002, p 115.

[20] *Ibidem*.

última, matizada nos espaços do vocabulário de contribuições africanas e portuguesas, tenha cedido lugar à estrutura de base portuguesa matizada de contribuições indígenas e africanas, extremamente simplificada.É também admissível que a língua geral de base indígena, por mais geral que o fosse como língua oral de comunicação, devia ser, por sua vez, matizada por traços não estruturais, como pronúncias, elementos tonais e outros, que certamente se transferiram para o português.

Essa interação, que integra português, língua geral de base indígena, contribuições africanas, e outras em menor escala, teria efetivamente contribuído para a configuração das variantes da língua portuguesa do Brasil.Encontro um exemplo altamente ilustrativo da interação linguística afro-portuguesa num texto que remete "aos contos de fada europeus filtrados pelo cotidiano das fazendas mineiras do século XIX e traduzido na linguagem popular dos descendentes de escravos". A fala pertence à afrodescendente Maria Cecília de Jesus, e, juntamente com histórias de Maria das Dores Alves, ambas contadeiras de histórias populares, foi recolhida por Maria Selma de Carvalho, Ana Emília de Carvalho e o historiador José Murilo de Carvalho:

Tinha um moço que a mãe dele era pobre. Ele num tinha nada. Aí, tudu dia pescava aqueles peixe. Vendia, compava ropa, compava meio de cumê. Tudo com esses peixe. Aí, quando chegô um dia, ele foi, chegô assim na bera do rio e tavas pescano. Aí, nisso, chegô aquela moça, aquela princesa muito bunita!

— Cumé qu'ocê chama?

— Eu chamo Antoim.

— Eu chamo Garça. Cê qué impregá lá im casa?

— Sim, imprego, uai!

— Cê qué i lá pra casa?

— Diss'assim:

— Vô sim senhora.

— Pois antãoce vamo, puque lá in casa nóis tá picisando de uma cumpaniam picisando de quem fica. Papai tá picisando de um trabaiadô lá. Antãoce vamo!

— Aí foi levô ele.

— Antão vamo, Antoim. Cê sobe aqui na minha cacunda e,

fécha os óio.

Lá vai, la vai, andano, andano, lá vai. — Que qui cê avista, Antoim?

— Chero de água sargada!

— Lá vai. Com poco, chegô na casa dela.

Quando chegô. Lá tinha doze pessoa. Todas doze pessoa era incantada, né. Era os irmão dela, o pai c'a mãe, tudo.

Aí chegô lá e garrô, mandô intrá pra dentro.

Intrô. Dês que intrô pra dentro, ele num viu mai ninguém[21]

Em síntese conclusiva: a configuração da presença africana no português brasileiro ainda aguarda a sua plena concretização.

Os avanços significativos das pesquisas linguísticas, intensificados a partir do século passado, possibilitam, entretanto, identificar os seguintes aspectos:

substratos de falares africanos na estrutura fonológica da língua portuguesa do Brasil; presença de falares crioulos brasileiros em comunidades afro-brasileiras de descendentes de escravos em comunidades urbanas e rurais contemporâneas;

marcas no vocabulário, com destaque para palavras de cunho religioso e hedonístico, situadas com empréstimos;

vocábulos que integram línguas secretas, em estruturas do português brasileiro popular, em determinadas comunidades afro-brasileiras de vida rural isolada;

africanismos presentificados em textos literários;

imantação de sistemas fônicos africanos em direção ao português e vice-versa; processo de africanização do português arcaico e regional, por força de convivência com as falas de África;

influência africana além dos espaços lexicais;

relevância e constância do povo banto em todas as regiões do Brasil onde se exige mão de obra escrava, presença que antecede em dois séculos a presença maciça dos ewe-fon e em três centúrias a dos iorubás.

Todos esses aspectos indiciam a pertinência e a importância do estreitamento dos laços que unem a comunidade lusófona, em destaque o elo comum privilegiado: a língua portuguesa.

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 25 de outubro de 2018)

[21] Carvalho, M. S., Carvalho, J. M., Carvalho, A. E. orgs. *Histórias que a Cecília contava/contadas por Maria Cecília de Jesus e Maria das Dores Alves.* 2.ª ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, p.57.